

ATA DA 14ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 18 de novembro de 2011, sexta-feira.

Duração: das 14h20 as 20h55

| | | | |
|--------------|---|----------------------|---|
| Pauta | <p>1 – Informe: VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos</p> <p>2 – Informe: Psicologia do Esporte</p> <p>3 – Informes Financeiros</p> <p>4 –. Medicalização da Educação e da Sociedade</p> <p>5 – Realinhamento Institucional</p> <p>6 - Proposta do Novo Site do CFP</p> | Participantes | <p>DIRETORIA:</p> <p>1. Humberto Verona – Presidente</p> <p>2. Monalisa Barros – Tesoureira</p> <p>3. Deise Nascimento – Secretária</p> <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <p>4. Ana Luiza Castro</p> <p>5. Ana Paula Noronha</p> <p>6. Henrique Rodrigues</p> <p>7. Cynthia Ciarallo</p> <p>8. Roseli Goffman</p> <p>9. Celso Tondin</p> <p>10. Marilda Castelar</p> <p>11. Maria Ermínia Ciliberti</p> <p>12. Marilene Proença</p> <p>13. Tânia Brasileiro</p> <p>14. Flávia Cristina Silveira Lemos</p> |
|--------------|---|----------------------|---|

A conselheira tesoureira Monalisa Barros abriu a plenária às 14h20, com 2 pontos de informes e apresentando as ausências justificadas: Clara Goldman Ribemboim, Adriana Eiko, Aluizio Lopes de Brito, Mariana Torres, Angela Caniato, Marcia Mansur, Heloisa Massanaro, Sandra Amorim.

1- INFORME: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS. A conselheira Ana Luiza Castro relatou que o Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro, surpreendentemente com um público qualificado de 130 pessoas, mesas de muita qualidade e participação de todos os conselhos regionais. Considerou que o objetivo principal, que era discutir com profundidade a questão do álcool e outras drogas, avançou bastante. Disse que continua com a expectativa de conseguir trabalhar efetivamente a Comissão Nacional de Direitos Humanos e as dificuldades encontradas. Informou que após o seminário houve uma reunião também bastante produtiva entre os conselhos regionais com o intuito de levar a discussão adiante. Informou que dia 29 de novembro será assinado o plano do Crack e outras drogas e até esta data espera que a Comissão já tenha lançado o relatório de

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures]

inspeção. Disse que o relatório é de boa qualidade e denunciante de uma série de violações. Informou ainda que foi lançada a Campanha Nacional de Direitos Humanos que tem o propósito de discutir o tema: **Em nome do cuidado e da proteção, que formas de exclusão e sofrimento temos produzidos?**

Pediu para pautar a questão de o governo brasileiro, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, estar pensando em aplicar testes de inteligência estadunidense em crianças brasileiras.

2 - INFORME: PSICOLOGIA DO ESPORTE. O conselheiro Henrique Rodrigues informou que participou, representando o CFP, do 1º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte, em São Paulo. Disse que de um lado havia uma série de profissionais totalmente voltados para a qualificação do mercado e do outro, pessoas que discutem a psicologia do esporte visando o compromisso social, e que este grupo está de alguma maneira próximo aos objetivos do CFP. Citou que uma das questões abordadas foi a super valorização da formação do atleta esquecendo ele como cidadão, outra, foi a ideia de que a psicologia do esporte não tem nada a ver com direitos humanos. Disse que esta posição foi debatida em cima da questão fundamental de que o esporte serve para a construção da cidadania, de uma ética e principalmente para garantir os direitos humanos e de cidadania na sociedade. No congresso pontuou a ideia de que a formação do psicólogo do esporte deva ser mais desenvolvida, com novas possibilidades e mais disciplinas dentro formação e principalmente pensando na psicologia do esporte como uma prática de transformação pessoal e social do homem. Ressaltou ainda, a necessidade de a psicologia do esporte se apoderar dessa visão de compromisso social junto a II Mostra. Aproveitou para divulgar os 50 anos da psicologia e a importância da II Mostra. Abordou também que a questão das drogas e dos antidopings deva ser discutido profundamente, Informou para o plenário que as ideias levantadas pelo CFP foram bem aceitas por parte do grupo, principalmente aos ligados a academia.

- A conselheira Monalisa Barros propôs incluir uma matéria no jornal do Federal sobre a questão do esporte e cidadania tendo em vista a copa de 2012.
- A conselheira Maria Ermínia sugeriu fazer um link com um dos grandes projetos lançados no Brasil pela organização Mundial da Saúde que são as academias da Saúde, apontando a dimensão subjetiva do papel do psicólogo nesse programa.

3 – INFORMES FINANCEIROS. A conselheira tesoureira Monalisa Barros apresentou as **prestações de contas do exercício de 2010 dos CRPs 02, 03, 05, 06, 07, 08, 16 e 17** e colocou um a um em votação:

- CRP02: aprovado por unanimidade.

- CRP 03: aprovado com abstenção da conselheira Marilda Castelar.
- CRP 05: aprovado por unanimidade.
- CRP 06: aprovado com abstenção da conselheira Maria Ermínia.
- CRP 07: aprovado por unanimidade.
- CRP 08: aprovado por unanimidade.
- CRP 16: aprovado por unanimidade.
- CRP 17: aprovado por unanimidade.

A conselheira tesoureira apresentou também o **remanejamento orçamentário do CFP para 2011**. Informou que foi realizado um acordo coletivo com os funcionários e foi concedido, retroativo a maio de 2011, um aumento referente à reposição da inflação de 6,21% e um aumento real de 10%, o que causou um impacto na folha de pagamento. Foi feito, portanto, um remanejamento orçamentário, que precisa ser aprovado pelo plenário. Disse que o remanejamento somente foi feito com recursos de algumas contas que estavam previstas e não foram utilizadas para aquelas que extrapolaram o previsto; como por exemplo, emergências e desastres, passagens aéreas e serviços postais. Colocou em votação e o remanejamento orçamentário do CFP para 2011 foi aprovado com abstenção da conselheira tesoureira Monalisa Barros.

Segundo a tesoureira, a **reformulação orçamentária do CRP03 para o exercício de 2011** foi retirado da pauta, pois o CRP03 informou que não existe mais essa necessidade.

Apresentou o **mapa gerencial de 2011 (após planejamento)** em anexo, mostrando que o orçamento está bem, a arrecadação está próxima dos 100% e que não há problemas de caixa. Disse que o saldo está adequado com o que está programado para até o final do ano. A conselheira tesoureira Monalisa Barros falou dos valores de cada projeto, mostrando a necessidade de ter um suporte para a BVS. Justificou as negativas para pedidos de passagens, lembrando que as decisões de trazer um convidado que implica despesas são sempre pautadas no princípio ético e dentro da política programada. Ponderou sobre a necessidade de reafirmar os princípios organizativos deste plenário, a fim de aprovar apenas as demandas que estiverem dentro do planejado e alinhadas com o trabalho. Informou que as diárias estão sendo feitas online e que dentro da legislação estas são pagas no dia do evento ou no dia seguinte. Para auxiliar o pagamento de traslado em cidades distantes dos aeroportos, pode-se pagar meia diária ou ressarcimento de custos, por opção do conselheiro. Pediu a cada um dos conselheiros que verificasse se há algum erro nas despesas referentes às diárias que constam na página do site.

Ressaltou que o orçamento destinado à II Mostra é da conta divulgação e não da conta do CFP e lembrou também que foi combinado o que extrapolar

o previsto da conta divulgação será dividido entre CFP e CRP 06. Informou que está sendo realizadas visitas aos possíveis patrocinadores.

A conselheira Roseli Goffman falou sobre uma colaboradora *ad hoc* do CREPOP na questão da terra que solicitou apoio para fazer um filme sobre a população do MST no interior de MG. Considerou pertinente, uma vez que esse filme poderia ser usado no lançamento do evento das questões da terra.

Monalisa esclareceu que a solicitação não poderá ser atendida, pois se trata de pessoa física.

O conselheiro Celso Tondin sugeriu cada vez que fizer um combinado estipular um prazo máximo para solicitação de recurso.

Encaminhamento: Pautar para a reunião de Presidentes e Tesoureiros, o ponto Ressarcimento em eventos, com o seguinte acordo: Será dado um prazo para solicitação de ressarcimento ao CFP, passado o prazo, o dinheiro permanece no CFP.

O presidente Humberto Verona sugeriu uma conversa sobre todas as regras e fragilidades que estão acontecendo, pois é uma gestão coletiva. Houve discussão sobre passagens aéreas utilizadas pelos conselheiros e verificou-se a necessidade de avaliar os critérios. Foi acordado que haverá mais rigor com as diárias e passagens. Os remanejamentos não serão autorizados, exceto excepcionalidade. O conselheiro que optar pela alteração de passagens terá que arcar com as despesas e que assuntos sobre alterações ou cancelamento de passagens não deverão ser tratados com a Zenaide (Pay Less), e sim, diretamente com o setor responsável pelo evento.

Humberto Verona relatou que na reunião de diretoria foi feita uma avaliação da gestão do ponto de vista da gestão dos recursos, das contas. Foi chamada à diretoria uma série de responsabilidades, mudanças de conduta e formas de lidar com certas solicitações. Foi discutido que o CFP como uma autarquia pública tem a obrigação legal de respaldar todos os gastos a uma finalidade compatível com o órgão. Relatou que o CFP recebe várias solicitações de apoio e a partir desse momento somente autorizará gastos para situações previamente definidas, por meio de convênio, termo de cooperação técnica, seguindo as regras e os padrões legais de uma autarquia pública. Disse que a liberação de apoio será um processo criterioso. Alertou os conselheiros a terem cuidado e seguir o que o plenário defende em relação à transparência com o dinheiro público. Reforçou que remanejamento de passagens só será autorizado com justificativas plausíveis.

Outra preocupação da diretoria, segundo o presidente, é em relação às ausências dos conselheiros as plenárias e expôs a necessidade de recombina

com rigor a situação. Disse que a ausência de conselheiros nas plenárias compromete o andamento do planejamento estratégico e do acompanhamento político. Fez um apelo para que todos cumpram a agenda das plenárias, que não marquem compromissos pessoais, ressaltando que a ausência seja uma excepcionalidade. Falou que consultará a conselheira Mariana Torres a fim de obter informações sobre seu retorno a este plenário.

O presidente informou que a proposta de reestruturação do CFP será apresentada e colocada para aprovação. Também falou sobre os novos equipamentos tecnológicos adquiridos pelo CFP e sobre a pasta virtual das plenárias.

A conselheira secretária Deise Nascimento sugeriu que as faltas nas plenárias devam ser justificadas por escrito e registrada em ata. Falou sobre a nova ferramenta que trata das diárias e eventos. Disse que está sendo providenciado um campo no mapa para que cada conselheiro possa postar um breve resumo sobre a participação nos eventos, fazer um informe para que todos possam acompanhar e que os encaminhamentos sejam publicizados para que as providências sejam tomadas mais rapidamente. Sistematizar os informes em forma de boletim e que todos os conselheiros recebam.

Os conselheiros expuseram suas desmotivações, falaram sobre o que reflete as ausências, da falta de espaço para reunir os GTs de forma presencial, da grande demanda de atividades para poucos conselheiros, da falta de substituição para os conselheiros licenciados e da necessidade de uma maior aproximação com a diretoria. Comentaram que com a reorganização institucional percebeu-se a necessidade de aumentar funcionários e conselheiros. Acordaram os seguintes encaminhamentos:

- Esforçar para não haver falta em Plenária. A falta deverá ocorrer somente por excepcionalidade e se for necessário faltar, justificar.
- Questões referentes à passagens e hospedagens não deverão ser acordados diretamente com a Zenaide assuntos sobre alterações ou cancelamento de passagens, e sim, com o setor responsável pelo evento. Ter mais rigor com as diárias e passagens. NÃO haverá remarcações. As passagens compradas não poderão ser alteradas sem justificativa plausível. O conselheiro que optar pela alteração, terá que arcar com as despesas oriundas da alteração.
- Melhorar a comunicação entre os conselheiros, por meio do CFP15.
- Buscar protagonismo nas ações.
- Facilitar reuniões de trabalho dos GTs um dia antes das Plenárias.
- Fazer uma auto avaliação buscando focar as ações, priorizando as mais importantes.
- Criar informes para todos os convidados, acerca do pagamento de diárias que são pagas no dia do evento ou no dia seguinte.
- Enviar um texto explicativo aos convidados a participar de eventos custeados pelo CFP, informando sobre os critérios de pagamento das diárias e passagens.

- Politizar mais as pautas que discutem as ações específicas.
- Apoiar as instituições parceiras.
- Ampliar a política aos colaboradores.
- Construir políticas de alianças com o legislativo e os movimentos sociais.
- Compromisso com os processos e julgamentos éticos e externos.

4 - MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. A conselheira Marilene Proença lembrou que este tema foi pautado na APAF de maio de 2011 e foi deliberado que os conselhos regionais se movimentariam de alguma forma a fim de elaborar uma proposta de ação mais sistematizada para 2012 e apresentar na APAF de dezembro de 2011.

Relatou sobre um material de subsídio circulado pelo e - grupo e encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, no momento em que houve ciência de que a relatora, a deputada Mara Gabrielli, estaria fazendo um relato favorável aos quatro projetos de lei apensados ao projeto do senador Gerson Camata. Tal projeto trata da criação dos programas de diagnóstico e tratamento de dislexia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em toda rede básica brasileira. Disse que o CFP assumiu o ofício e retransmitiu a todas as entidades do Fórum da Medicalização e estas encaminharam aos deputados. Essa ação teve resultado importante, pois a relatora suspendeu o relatório e a área de pediatria do Ministério da Saúde e do Programa da Saúde escolar estão escrevendo um substitutivo. A minuta do substitutivo do Ministério da Saúde consta de 2 artigos que falam da importância da educação, sem possibilidades para criação de tais projetos. Já o substitutivo da Saúde Escolar utilizou o ofício do CFP como justificativa para encaminhar a minuta. Afirmou que o CFP teve uma participação importante e o documento gerou polêmica dentro dos Ministérios.

Apresentou o material de subsídio para discussão da medicalização em anexo, o qual se lê na íntegra o Manifesto do Lançamento do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Falou sobre as entidades que já assinaram o manifesto até o momento e que o documento continua aberto a novas adesões, podendo ser feitas pelo site do Fórum www.medicalizacao.com.br. Relatou ainda sobre a articulação com a América Latina e sobre a carta da UNASUL, construída em conjunto pelo Fórum do grupo interdisciplinar contra a patologização e medicalização da infância, da Argentina, e do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, do Brasil; também contemplada no material anexo. Falou sobre o II seminário internacional da Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos.

Diante de toda a discussão chegou-se à conclusão da necessidade de uma articulação não somente no Sistema Conselhos, mas também com a ULAPSI e com outras entidades da educação.

A conselheira avaliou que a partir do Fórum e do Seminário começou a instalar no Brasil, pela primeira vez, um contra discurso sobre a medicalização. O tema tem tido espaço para esclarecimentos, considerando as ações do

Sistema Conselhos nesta direção. Disse que o tema está começando a ser veiculado na mídia.

Após todo o exposto, a plenária discutiu sobre a construção de propostas e decidiu que, no momento, o CFP não assinará o manifesto, devendo antes avaliar, discutir e conhecer melhor o documento. Chegou-se aos seguintes encaminhamentos:

- Construir o posicionamento do CFP acerca da medicalização da educação e da sociedade.
- Transversalizar o assunto da medicalização no CONANDA, FDCA e no debate de álcool e outras drogas, colocando o foco da discussão no campo psicossocial.
- Ampliar a discussão da medicalização da sociedade.
- Fazer interface com as políticas da saúde.
- Fazer alianças com movimentos da sociedade civil, outros conselhos profissionais e com o legislativo.
- Encaminhar para a APAF, para que os regionais possam aderir ao debate, assinar e divulgar o manifesto e articular com os Legislativos municipais e estaduais.
- Pautar para a plenária a discussão do DSM V.

5. REALINHAMENTO INSTITUCIONAL: A conselheira Monalisa Barros expôs o resultado do realinhamento institucional realizado pelo consultor Cássio França. Relatou que a partir dele foi feita uma reunião entre diretoria e coordenadores, na qual discutiram e listaram todas as tarefas desempenhadas no CFP. As tarefas foram divididas em duas: atividades meio, consideradas todas as atividades administrativas e atividades fim que também foi dividido em duas: atividades voltadas para a categoria e atividades externas. Com base nesta lista, foi discutido coletivamente entre diretoria e funcionários a proposta de um organograma para a instituição. Disse que haverá uma grande mudança dentro do CFP e que todos os conselheiros precisam entender bem. Mostrou o organograma, que se encontra anexo a esta ata e explicou todos os setores, lembrando que os nomes dos funcionários para ocupá-las ainda não foram definidos.

Humberto Verona esclareceu que o objetivo do organograma é definir o fluxo administrativo de funcionalidade da instituição.

Monalisa Barros falou sobre a necessidade de contratar novos funcionários e criar novos cargos. Disse que a ideia é que o realinhamento seja implantado em 1º de janeiro e será necessário fazer concurso público o mais rapidamente possível, para isso, pediu autorização *ad referendum*, até a

próxima plenária, para as devidas providências. A solicitação foi aprovado por unanimidade.

O organograma foi aprovado por unanimidade pela plenária com o seguinte encaminhamento:

- Incorporar na ASCOM todo o Sistema de comunicação do CFP, de forma organizada, incluindo jornal, TV, revistas, debate online e outros.

6. PROPOSTA DO NOVO SITE DO CFP. Priscila Delgado, coordenadora da ASCOM, apresentou a arquitetura do novo site do CFP. Discutiu item por item explicando todas as informações contempladas no site.

O plenário aprovou por unanimidade o novo site do CFP, WWW.cfp.org.br, mas considerou que há muitas informações. Houve sugestões para que o site não fique carregado esteticamente, causando poluição cromática e que haja espaços para assuntos urgentes. Também foi discutido sobre a possibilidade de digitalizar os materiais disponíveis no site e de criar um novo conceito para biblioteca digital, com a sugestão de publicação digital. Foi sugerido que o projeto memória ocupasse um espaço especial, pois se trata da história da psicologia.

Encaminhamento: ASCOM irá estudar a melhor forma de acatar as sugestões.

Humberto Verona encerrou a reunião as 20h55, lembrando que restaram 22 pontos de pauta para serem discutidos no sábado, 19 de novembro. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Humberto Cota Verona

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Deise Maria do Nascimento

Marilene Proença Rebello de Souza

Ana Luiza de Souza Castro

Ana Paula Porto Noronha

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Maria Ermínia Ciliberti

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo



Roseli Goffman Roseli Goffman

Celso Francisco Tondin Celso Tondin

Marilda Castelar Marilda Castelar

Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia Lemos



ATA DA 14ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Muito a comemorar.
Muito mais a fazer.

Data: 19 de novembro de 2011, sábado.

Duração: das 9h29 as 17h11.

| | | | |
|--------------|---|----------------------|--|
| Pauta | <p>1 - II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia</p> <p>2 - Matriz Mínima de Registro de Profissionais de Saúde do MERCOSUL</p> <p>3 - PL 7424/2010</p> <p>4 - Jornal do Federal</p> <p>5 - Comissão de Direitos Humanos</p> <p>6 - GT - diversidade sexual - Nome Social.</p> <p>7 - GT - Diversidade Sexual - Processo transexualizador</p> <p>8 - Teste Rápido para Diagnóstico da infecção pelo HIV</p> <p>9 - Conferências Nacionais.</p> <p>10 - Avaliação de Testes Psicológicos</p> <p>11 - Avaliação para saber se os instrumentos são testes psicológicos.</p> <p>12 - Documento elaborado pelo GT Escala Hare.</p> <p>13 - Evento nacional do ano temático</p> <p>14 - Comunicação.</p> <p>15 - VIII CNP</p> <p>16 - Relações Institucionais com SBP.</p> <p>17 - Trânsito.</p> <p>18 - Avaliação Psicológica e Deficiência Auditiva.</p> <p>19 - CREPOP.</p> | Participantes | <p>DIRETORIA:</p> <p>1. Humberto Verona - Presidente</p> <p>2. Monalisa Barros - Tesoureira</p> <p>3. Deise Nascimento - Secretária</p> <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <p>4. Ana Luiza Castro</p> <p>5. Ana Paula Noronha</p> <p>6. Cynthia Ciarallo</p> <p>7. Roseli Goffman</p> <p>8. Celso Tondin</p> <p>9. Marilda Castelar</p> <p>10. Maria Ermínia Ciliberti</p> <p>11. Tânia Brasileiro</p> <p>12. Flávia Cristina Silveira Lemos</p> <p>AUSENTES:</p> <p>1. Clara Goldman Ribemboim - vice presidenta</p> <p>2. Aluizio Lopes de Brito</p> <p>3. Heloiza H. M. Almeida Massanaro</p> <p>4. Marilene Proença</p> <p>5. Ângela Maria Pires Caniato</p> <p>6. Henrique J. L. Ferreira Rodrigues</p> <p>7. Adriana Eiko Matsumoto</p> <p>8. Márcia Mansur Saadallah</p> <p>9. Mariana Cunha Mendes Torres</p> <p>10. Sandra Amorim</p> |
|--------------|---|----------------------|--|

[Handwritten signatures and initials next to the list of participants]

O presidente Humberto Verona retomou a 14ª reunião plenária às 9h29.



Muito a comemorar.
Muito mais a fazer.

1 - II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. A conselheira Monalisa Barros apresentou o Book Final da II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em anexo, explicando que este foi construído para os patrocinadores para capitação de recursos e será distribuído a todos os conselhos regionais. Falou que a grande inovação são as rodas de conversa e explicou como ela irá funcionar. Explicou que as rodas de conversa versarão sobre os diversos processos de trabalho dos psicólogos e sobre a psicologia nas políticas públicas, entendendo que dessa forma, pela primeira vez, está se organizando os processos, independente de onde eles aconteçam e transversalizando o olhar do psicólogo pela prática. Houve debate sobre os processos de trabalho, principalmente sobre os processos de trabalho organizativos e a conselheira esclareceu cada um deles.

Apresentou todas as instituições listadas dos países de língua portuguesa. Disse que tem agendado, no dia 28 de novembro, uma conversa com o bastonário da ordem dos psicólogos de Portugal, onde a conselheira Sandra Amorim será a representante do CFP neste encontro naquele país.

Mostrou uma tabela com os números da mobilização junto às Instituições de Ensino Superior (IES), na qual consta a quantidade de curso por CRP, a localização, os dados de contatos dos coordenadores que já conseguiram a quantidade dos que já foram contatados e a quantidade de coordenadores dispostos a mobilizar. Relatou que o contato tem sido feito diretamente com os coordenadores via telefone, já tem 160 cursos contatados e 66 coordenadores comprometidos com a Mostra. Monalisa Barros afirmou que até o fim de semana finaliza o trabalho de contatar as IES. Disse que as inscrições para os trabalhos serão até o dia 30 de março de 2012 e a expectativa é que tenha uma caravana para cada curso brasileiro.

Informou que está sendo atualizados os endereços de 5 mil prefeituras brasileiras com o objetivo de divulgar a II Mostra, encaminhar material e solicitar aos prefeitos a organização de caravanas e convites aos psicólogos para participarem da Mostra.

Apresentou o marcador de texto, a filipeta, a peça e um cartaz da Mostra. Disse que serão 20 tipos de cartazes que serão transformados em cartões postais. No programa consta um stand do correio. Disse que este material está sendo confeccionado na gráfica e será entregue na próxima plenária. Será distribuído também a todos os CRPs e as IES.

Informou que o GT da APAF para trabalhar a Mostra foi ampliado, com um representante de cada conselho regional e que tem feito reuniões telefônicas sistemáticas a cada 15 dias. Disse que o CFP está concentrado na mobilização dos cursos do interior do país e os CRPs estão fazendo a

mobilização presencial nos cursos das capitais. Comentou que o CRP 06 contratou 2 mobilizadores para a II Mostra e o CFP conta com 4 mais o funcionário Roger Cael de Magalhães.

A conselheira Monalisa Barros pediu a todos os conselheiros para divulgarem a II Mostra em todos os eventos e também para indicar pareceristas, preferencialmente jovens doutores que estão na prática. Encaminhar as sugestões para o e-mail da secretaria executiva e da própria conselheira.

Solicitou pautar o tema como 50 anos da Psicologia, lembrando que os 50 anos é o ano temático do próximo ano, e aborda a exposição itinerante, o projeto Memória e a II Mostra Nacional.

Monalisa Barros relatou que será reeditado o II premio Paulo Freire, lembrando que o 1º prêmio foi na 1ª Mostra. Os nomes estão sendo discutidos na curadoria e serão apresentados na próxima plenária. Haverá 4 homenageados a cada dia e depois haverá uma apresentação cultural que será transmitida a todos os auditórios. Disse que o prêmio não é para psicólogos e sim para pessoas ligadas a construção do bem comum.

Os conselheiros poderão encaminhar indicações de nomes para serem homenageados e receberem o II Prêmio Paulo Freire.

2 - MATRIZ MÍNIMA DE REGISTRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MERCOSUL. A conselheira Tânia Brasileiro iniciou a apresentação do ponto lembrando que é a representante do CFP, no Fórum Permanente do MERCOSUL para o exercício dos profissionais da área de saúde, participou de 2 reuniões e a próxima será dia 12 de dezembro. Relatou que a discussão das áreas da saúde no MERCOSUL tem sido focada na matriz mínima que a partir de 2015, haverá o fluxo livre dos profissionais entre os países do MERCOSUL, sendo claro que o deslocamento de um país para outro deverá se dar com o devido respeito as legislações. Apresentou o documento da Matriz mínima de registro de profissionais de saúde do Mercosul, também chamada de cartilha. (anexo), informando que este material foi enviado por e-mail a todos os conselheiros. Falou sobre o conteúdo do documento abordando o manual de orientação para profissionais de saúde, a estrutura institucional do Grupo Mercado Comum, a composição, a explicação sobre o que é a matriz mínima para o exercício profissional, as finalidades, o fluxograma, as profissões de nível superior comuns e priorizadas nos Estados Partes para exigibilidade do preenchimento da matriz mínima e as perguntas mais frequentes.

Relatou que estiveram presentes nas reuniões em torno de 14 conselhos profissionais da área da saúde e que algumas profissões, entre elas a psicologia, já conseguem ser reconhecidas pelos países que compõem o bloco do MERCOSUL.

Disse que a matriz mínima foi aprovada no âmbito do MERCOSUL, em setembro de 2011, porém o Brasil ainda não encaminhou os dados da sua matriz. Falou que o Brasil é o único país que não consegue dar dados concretos sobre os profissionais nas diversas áreas, inclusive da saúde, não consegue traçar de forma efetiva o perfil dos profissionais e nem ter um banco de dados. Paraguai, Uruguai e Argentina, países membros constituintes do MERCOSUL, já estão com as matrizes prontas, já tem plataforma e os dados estão cadastrados. Relatou que assim que a matriz foi aprovada, entrou em contato com o CFP e principalmente com o assessor jurídico para saber se o Conselho estaria de acordo com a construção e com o compartilhamento de dados dos profissionais da psicologia. Conforme consulta jurídica e não havendo impedimento jurídico, foi dado o aval para que a psicologia também se integre na matriz mínima. Explicou que a plataforma Arouca receberá a matriz de forma eletrônica disponibilizando-a na internet e que no Brasil o Ministério da Saúde acompanhará o processo.

Informou que o CFP já está construindo sua própria plataforma, no sentido de fazer o levantamento de dados dos profissionais do país, o qual está em experimentação no estado de São Paulo. Comentou que o CFP tem uma boa estrutura eletrônica para banco de dados.

Relatou que nos tempos atuais há situações conflitantes nas fronteiras e este tema será o foco principal da próxima reunião. A discussão será sobre a relação dos profissionais da área da saúde nas fronteiras.

Em relação à plataforma Arouca, comentou que ela foi apresentada pelo médico da saúde pública Vinicius de Araújo Oliveira da UNA SUS, que também é o profissional que acompanha o processo. Esclareceu que o objetivo da plataforma é alocar a matriz, mas hoje ela já existe e é utilizada para a formação continuada dos profissionais da saúde, principalmente da especialização. Disse que o Ministério da Saúde está fazendo uma adequação da plataforma Arouca que já existe para dar suporte e alocar a matriz mínima.

Humberto Verona informou que existe o cadastro nacional.

A conselheira Tânia Brasileiro disse que é muito importante que o setor de informática do CFP leia e entenda bem sobre a matriz mínima e sobre o âmbito da construção da plataforma Arouca, para saber quais informações serão necessárias. Disse ainda, que o Vinicius de Araújo Oliveira se colocou a disposição de todos os conselhos para falar sobre a plataforma e pediu autorização do plenário para convidá-lo para uma conversa com a equipe de informática.

Demonstrou por meio de projeção a plataforma Arouca.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que há assuntos de dimensões diferentes. Uma discussão que considera imediata é sobre o cadastro, pois hoje ele encontra-se na fase de unificar os regionais, mas em uma fase adiante será necessário unificar alguns dados entre as categorias para serem unificados entre os países.

Em relação à unificação na psicologia, a conselheira Deise Nascimento expôs que o Rio de Janeiro é o estado com melhores condições, pois tem uma organização diferenciada e os dados estão bem alinhados. Em São Paulo o cadastro não foi finalizado e em Brasília está acontecendo o piloto do cadastramento. Sugeriu marcar a reunião para o dia 1º de dezembro e convidar a IMPLANTA para participar juntamente com Vinicius e o setor de informática do CFP.

A conselheira Maria Ermínia comentou que a questão é importante do ponto de vista de projeto de saúde, do que o Brasil significa na América do Sul. Considerou que o CFP tem muito a contribuir e sugeriu incluir a ULAPSI na discussão, considerou que o Brasil pode ter um papel de destaque e de protagonista neste processo, pois coloca no âmbito do MERCOSUL um modelo de saúde solidário, inclusivo e universal. Propôs ainda fazer um bloco do cadastro, um bloco da ULAPSI e em outro momento aprofundar a discussão sobre a regulação das profissões e do modelo de inclusão da saúde.

Como desdobramento da discussão Humberto Verona falou que o CFP irá acompanhar e operacionalizar o processo de organização das informações, o qual é muito importante para operar as políticas. Solicitou verificar se o CFP tem um GT saúde junto à ULAPSI, se não, sugerir a criação, incluindo a discussão do modelo e da política de saúde que o CFP quer defender na América Latina e de uma psicologia dentro dessa política de saúde.

A conselheira Maria Ermínia falou em pensar numa forma de fortalecer os países mais fracos nessa discussão e levar para a ULAPSI a questão da participação dos usuários na gestão dos sistemas de saúde e a participação e o modelo de seguridade universal.

Encaminhamentos:

- Marcar reunião com Vinicius da Plataforma Arouca, Setor de Informática do CFP, IMPLANTA, Conselheira Deise e Yvone, dia 01/12/11, às 10h.
- CFP irá acompanhar e operacionalizar o processo.
- Verificar se existe um GT de saúde na ULAPSI, se não, sugerir a criação.

3 - PL 7424/2010. A conselheira Maria Ermínia apresentou o PL 7424/2010 que regulamenta o exercício da profissão de Terapeuta em Dependências Químicas. Explicou que o PL cria o cuidador do dependente químico, o qual é

motivo de preocupação. Disse que o projeto está em andamento e é necessário um posicionamento do CFP. Comentou que o CFP não discutiu a questão dos agentes de redução de danos, lembrando que os consultórios de ruas serão contemplados na rede psicossocial. Solicitou ao plenário uma posição se o CFP é contra ou a favor dos agentes de redução de danos.

Disse que o COFFITO, também preocupado com a questão, chamou o CFP para uma reunião para tratar desse PL. A conselheira sugeriu marcar essa reunião para o dia 30/11 e para tal é necessário o posicionamento do CFP. Disse que o COFFITO buscará envolver outros conselhos e na ocasião elaborará um posicionamento coletivo.

Humberto Verona considerou que em princípio o CFP precisa se preocupar com a criação de uma nova profissão que é baseada em processos de trabalho. A profissão de Terapeutas em dependências químicas envolve atribuições e funções que estão nos fazeres dos psicólogos, dos médicos e de vários profissionais da saúde de nível superior e técnico. É necessário se manifestar com cautela e preocupação com relação à constituição indiscriminada de novas profissões que vão fragmentando cada vez mais os processos de trabalho presentes nas ações de diversas profissões já regulamentadas no Brasil. Considerou necessário fazer uma leitura do projeto, entendendo os argumentos que ele apresenta e dizer que o CFP não vê necessidade da criação dessa nova profissão, fazer uma crítica com a argumentação de que não se pode transformar todos os processos de trabalho presente nas profissões regulamentadas em outras novas profissões. Disse que o CFP deve se manifestar contrário ao PL e abrir um debate sobre o tema, pois já existe profissões qualificadas para o exercício da política de saúde e não há necessidade de uma nova.

O conselheiro Celso Tondin propôs formular uma discussão sobre todas as profissões que estão sendo criadas, baseada na sociologia das profissões e depois entrar na especificidade de cada uma delas.

A conselheira Maria Ermínia considerou que a intenção do deputado Rosinha, autor do PL, é tentar melhorar as condições de quem hoje trabalha nas comunidades terapêuticas. Sugeriu solicitar uma reunião com o deputado, ponderando que a discussão deva incluir a capacitação dos profissionais, pois a rede técnica do SUS está ampliando muito.

A conselheira Roseli Goffman falou sobre a necessidade de consultar o jurídico do CFP e os pareceristas para levar uma proposta de retirada do PL ao deputado Rosinha.

A conselheira Ana Luiza comentou que nas inspeções verificou-se uma quantidade grande de ex usuários trabalhando sem remuneração em troca de casa e alimentação.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu uma articulação com outros conselhos e levar o posicionamento para o deputado Rosinha. Reforçou a necessidade de uma posição do CFP em relação a questão de redução de danos, pois é uma questão polêmica e tem sido bastante questionada. Sugeriu também marcar reunião com entidades ligadas a redução de danos (Aborda e Reduc) e construir uma posição conjunta.

Encaminhamentos:

- Articular com outros conselhos.
- Marcar reunião com dr. Rosinha.
- Elaborar documento/parecer para levar a reunião com dr. Rosinha.
- Marcar reunião com Aborda e Reduc para discutir redução de danos.
- Organizar um documento sobre como se constitui uma profissão/sociologia das profissões.

Humberto Verona lembrou que a Heloiza Massanaro é a conselheira responsável pelos encaminhamentos.

4 - JORNAL DO FEDERAL. A conselheira Ana Luiza apresentou o ponto, dizendo que a discussão estava sendo feita por meio da lista do CFP e que a partir deste número do jornal do Federal de novembro e dezembro de 2011, haverá o encarte de 4 páginas da Mostra.

Falou sobre a pauta da próxima edição do jornal do Federal e houve discussão para temas a serem abordados, os conselheiros apresentaram sugestões e acordaram os seguintes temas:

- Para a página 11 – Fazer da Profissão – Os Escalpelados da Amazônia.
- Página 12 - Psicologia do Esporte e Cidadania.
- Página 13 - Psicologia e Relações Raciais.
- Página 14 - Fazer uma nota sobre a participação da psicologia no Fórum Permanente do MERCOSUL.

Pauta: Buscar outros países – Enfrentamento aos manicômios. Substituir reforma psiquiátrica por desinstitucionalização. (não citar reforma psiquiátrica como termo principal). Contribuição para acabar com instituições totais, sofrimento de pessoas. Experiência do Paraguai entra como exemplo. Perguntar sobre reforma nos países da América Latina: Existe reforma? Qual é a linha? Experiência do Paraguai na Reforma Psiquiátrica. Fonte: Fátima Fischer. Abordar a experiência das psicólogas brasileiras e a cooperação. Contribuição brasileira para esse processo. Abordar esse assunto via Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Ministério da Saúde.

- Página 17 - CREPÔP: Novos “senhoras e senhores gestores” que estão sendo lançados. Participação na Conferência de Assistência Social.

A pauta do Jornal do Federal – Edição: Ano XXIII – nº 103 – novembro e dezembro de 2011, contemplando as sugestões acordadas pelo plenário, encontra-se anexa a esta ata.

5 – COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. A conselheira Ana Luiza lembrou que na penúltima plenária apresentou as dificuldades vivenciadas pela Comissão e que até o momento, essas dificuldades continuam. A comissão é composta por 7 membros, mas apenas 3 participam (Pedro Paulo, Rose e Ana Luiza). Comentou que existe a expectativa de que Maria Auxiliadora Arantes venha compor a comissão. Relatou que apesar das dificuldades, foi possível reunir as comissões nacionais de direitos humanos em agosto, levar a proposta de mudar as inspeções nas comunidades terapêuticas e discutir a proposta da nova campanha. Comentou que a inspeção foi realizada no dia 28 de setembro de 2011, que a comissão está trabalhando, com dificuldade, mas também com muita ajuda, na construção do relatório, ele está sendo escrito por várias mãos e conta com 360 páginas de boa qualidade.

Em relação ao Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos a conselheira Ana Luiza relatou que ele aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro, contando com um grande público, grande participação das comissões de direitos humanos e de todos os conselhos regionais de psicologia, a composição das mesas e os debates foram de muita qualidade. Disse que a avaliação dos convidados foi positiva e logo após o seminário foi construída a Campanha Nacional de Direitos Humanos. Falou sobre o processo da construção e mostrou a peça publicitária.

5.1 - INSPEÇÃO DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

Humberto Verona relatou que coube ao CFP e aos parceiros próximos a tarefa de fazer um chamamento público da sociedade brasileira sobre a proposta de tratamento de intervenção no uso de substâncias psicoativas, com toda uma política conservadora sendo aplicada e já efetivada em alguns estados brasileiros. MG, SP, RJ já tem aprovadas medidas concretas e objetivas para implementar essa política. Soube-se recentemente que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) fez a discussão e aprovou a indicação dessa política incluindo a internação compulsória e as comunidades terapêuticas. Disse que o CFP não conseguiu mostrar que o dinheiro público deveria ser investido na formação, na contratação via concurso público dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência social (SUAS). Foi aprovada em 18 de novembro de 2011, pela Tripartite uma resolução que fala que a

comunidade terapêutica é um serviço de saúde e que participará da rede de assistência aos usuários, estabelecendo os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) como porta de entrada, um lugar de triagem.

Expôs que a preocupação, no momento, é como seguir, lembrando que o CFP tem parceiros e alguns atores sociais identificados com a causa. É necessário pensar nas estratégias de continuidade das batalhas seguintes.

Informou que CFP e CRPs de MG, SP e RJ entraram com uma ação na justiça, denunciando ao Ministério Público a violação dos direitos humanos expressos na constituição brasileira, devido ao uso do recurso público destinado às comunidades terapêuticas e internações compulsórias. Considerou necessário levar o posicionamento para outros conselhos, ampliar as alianças, garantir que o CFP não fique isolado nesse processo e seguir na estratégia das 13 razões. Disse que o CFP conta com o apoio de todos os CRPs, estando o Sistema Conselhos unido em torno dessa bandeira. As conselheiras Heloiza Massanaro e Clara Goldman estão trabalhando na construção de documento em torno de cinco das 13 razões.

Comunicou que o relatório das inspeções está sendo muito aguardado pela imprensa e por vários setores da sociedade, inclusive pelo governo, devendo cuidar para que o relatório saia bem organizado e cause o impacto desejado. Disse que houve uma reunião telefônica entre os presidentes dos CRPs para combinar a estratégia de lançamento do relatório em todos os conselhos, logo após o lançamento nacional. Foi estipulado o prazo de até o dia 15 de dezembro para que todos os conselhos regionais organizassem o lançamento em suas regiões.

Humberto Verona leu o item 6 da Portaria que versa sobre o Uso Prejudicial do Crack e Serviços Residenciais Terapêuticos e a conselheira Monalisa Barros leu uma matéria do UOL sobre os consultórios móveis para tratar viciados em crack no estado de São Paulo. (Consultórios de rua). Humberto Verona comentou que o CFP não é contra os consultórios de rua e sim da internação involuntária.

A conselheira Maria Ermínia informou sobre as divergências em relação aos planos de saúde que estão entrando com uma ação contra as internações por tempo indeterminado para usuários de álcool e drogas. Disse ainda que o Conselho federal de Serviço Social (CFESS) propôs um trabalho conjunto com o CFP e foi pensado para o próximo ano a questão da internação compulsória e interdição.

Após todo o exposto o plenário debateu, fez sugestões e chegou-se aos seguintes encaminhamentos:

- Investir na ampliação das alianças do CFP com outros Conselhos de Direito e de Classe, Sindicatos, Associações e entidades nacionais da Psicologia, da Sociedade Civil, Conselho Nacional de Justiça.
- Seguir divulgando o documento das 13 razões.
- Fazer o lançamento nacional e regional do relatório da inspeção.
- Ampliar a discussão nos CRPs por meio dos GTs.
- Transversalizar os diversos temas com os vários Conselhos, Fóruns e Universidades.
- Agendar reunião com os representantes do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) para debater a posição do CFP.
- Criar estratégias de enfrentamento com os juízes que determinam a internação compulsória. Retomar o relatório da reunião com a Dra. Gilda.
- Articular diálogos com Defensores Públicos e Comissões de Direitos Humanos da OAB.
- Criar um grupo para fazer uma leitura detalhada das portarias sobre Uso Prejudicial do Crack e Serviços Residenciais Terapêuticos (a serem publicadas).
- Audiência agendada com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, dia 29/11.
- Audiência com o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, dia 22/11, mas com a indicação de construir uma nova pauta.
- Solicitar uma avaliação ao Jurídico sobre a inconstitucionalidade das portarias, e se é possível entrar com uma ação de inconstitucionalidade (ADIN).
- Participar de audiência da Agência Nacional da Saúde (ANS) com RENILA, CFP e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), sendo necessário verificar a data.
- Entregar o relatório de inspeção para a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Participação na Conferência do Trabalho Decente, em março/12.
- Mobilizar os CRPs para que participem das etapas regionais da conferência de trabalho decente.
- Todos os conselheiros deverão se mobilizar para acompanhar o tema.

6 - GT - DIVERSIDADE SEXUAL. NOME SOCIAL. O conselheiro Celso Tondin relatou que recebeu questionamentos de que a resolução do CFP que trata do nome social não está tão avançada quanto a do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que permite colocar o nome social no campo do nome, inclusive apontando para mudança no formato da carteira. Consultou o

assessor jurídico do CFP o qual reafirmou o parecer de que o documento do CFESS corre o risco de perder a validade enquanto identidade, pois legislar sobre um documento de identidade é papel do Congresso Nacional e não de uma autarquia e na regulamentação de identidade não consta nome social. Disse que pautou o assunto com o objetivo de verificar a necessidade de uma revisão da resolução do CFP. Leu a resolução do CFESS que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social nos documentos de identidade profissional.

Humberto Verona disse que o ato político do Sistema Conselhos foi feito quando publicizou o direito das pessoas de tornar público sua identificação de gênero. Informou que o CRP 05 solicitou este tema como ponto de pauta para a APAF. Sugeriu suspender a discussão e aguardar o novo modelo da carteira de identidade do cidadão brasileiro. Ponderou sobre conduzir a discussão para o momento em que o sistema for modificar o documento de identidade e que nele seja incluído um campo para o nome social. Neste momento, não cabe fazer alteração na carteira para garantir algo que já está garantido. Julgou que do ponto de vista político e do direito o CFP avançou e ofereceu oportunidade das pessoas de se apresentarem da forma como se identificam. Opinou no sentido de não prosseguir na discussão.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu se unir ao CFESS e conversar com o Ministro da Justiça para se resolver o uso do nome social nos documentos oficiais.

O conselheiro Celso Tondin propôs fazer um movimento junto com CFESS e levar a discussão para o grupo LBGT, para articulações.

7 – GT – DIVERSIDADE SEXUAL. PROCESSO TRANSEXUALIZADOR. O conselheiro Celso Tondin informou que o CFP assumiu o manifesto pela despatologização das identidades trans que teve origem no CRP 06. A ideia de trazer o assunto de volta tem o objetivo de pensar estratégias para criar mais adesão ao manifesto e ampliar o debate para além do CFP e CRPs 05 e 06 levando para o sistema como um todo, para as entidades da psicologia brasileira e da América Latina.

A conselheira Deise Nascimento informou que o CRP 06 pautou o manifesto na APAF e o CRP 05 já manifestou a adesão.

Celso Tondin disse que fez um levantamento de quais os conselheiros de referência de cada região faz a discussão da diversidade sexual e considerou que deve haver uma interlocução maior entre CFP e CRPs.

Humberto Verona comentou que o manifesto é coerente com a política que o CFP defende e ele está sendo debatido dentro de outros assuntos da mesma origem de defesa da despatologização dos processos de vida.

Lembrou do novo site do CFP, onde haverá possibilidade de fazer debates e falou na possibilidade de ter um e - grupo para discutir as questões LGBT.

Houve os seguintes encaminhamentos:

- O CFP informará na Apaf que já apóia o Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans há algum tempo, e apontará que se trata de discussão internacional.
- O CFP mandará um ofício à Comissão LGBT do Conselho Nacional de Saúde (CNS) pautando o Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans.
- Buscar participação na Comissão LGBT do CNS (fazer contato com Lurdinha – indicação da conselheira Maria Ermínia).
- A Cotec deverá lembrar a conselheira Maria Ermínia de falar com o pessoal da Comissão LGBT do CNS nos dias 14 e 15/12/11 para avaliar o melhor processo para o CFP participar dessa Comissão.
- Levar para o FENPB a proposta do Manifesto para avaliação das entidades e possível adesão.

8 - TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DA INFEÇÃO PELO HIV. A Conselheira Monalisa informou que marcará uma reunião com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) e Ministério da Saúde nos dias 28 ou 29 de novembro de 2011, na qual o CFP tentará incluir a pauta do teste rápido, defendendo a sua realização pelo psicólogo. Explicitou que o teste rápido para diagnóstico da infecção pelo HIV é liberado para ser feito por qualquer profissional de nível superior, porém há um questionamento da SBPH de que o teste é invasivo e é privativo do médico. Já o Ministério da Saúde considera que ele não é um procedimento invasivo e que o aconselhamento é o procedimento mais importante, no qual o psicólogo é o profissional mais habilitado para esta tarefa. Como o CFP é contra o ato médico, entende-se que esta plenária também não concorde com a posição da SBPH.

9 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS. Humberto Verona informou que são 6 conferências Nacionais para 2011. Listou as conferências, o plenário discutiu e decidiu as representações do CFP para cada uma delas.

14ª Conferência Nacional da Saúde:

- Maria Ermínia Ciliberti, Humberto Verona e Heloiza Massanaro vão como delegados. Verificar se Elisa Zanerato poderá preencher a outra vaga. Monalisa Barros estará no estande.
- Para a Conferência da Saúde já existe um documento do Conasems.
- Levar o Documento sobre Redes Psicossociais para a Conferência de Saúde.

8ª Conferência Nacional de Assistência Social (7 a 10/12/11):

- Márcia Mansur, Iolete Ribeiro, Abep e Abrapso irão. Maria Erminia participará apenas no dia 8/12.

2ª Conferência Nacional da Juventude (9 a 12/12/11):

- Cynthia Ciarallo é a responsável, ela deverá fazer contato com a Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP) e convidar um representante desta coordenação.
- A conselheira Roseli Goffman considerou importante ter um conselheiro presente nesta conferência e Humberto Verona esclareceu que o CFP não participa do conselho da Juventude e irá pleitear uma participação com 2 pessoas.

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: (12 a 14/12/11):

- Clara Goldman irá como delegada.
- Se conseguir outra vaga, Marilda Castelar se propôs a ir também.
- Verificar possibilidade de participação da Marisa Sanabria (CRP-04) nesta conferência.

3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (23 a 25/11/11):

- Christina Veras será a convidada para representar o CFP nesta conferência.

2ª Conferência Nacional LGBT (15 a 18/12/11):

- Celso Tondin irá como delegado e deverá solicitar ao Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) uma vaga de observador para o CFP (as indicações são: Pedro Paulo ou Sandra Spósito)

Encaminhamentos para todas as conferências:

- Consultar CRPs sobre participação nas seis conferências.
- Fazer reunião telefônica antes de todas as conferências e eventos para combinar estratégias.
- Incluir os contatos da Ouvidoria do CFP nos documentos que irão para todas as conferências.
- Confeccionar camisetas para todas as conferências com o tema da Campanha de Direitos Humanos no verso e o tema da conferência na frente, mudando apenas a cor da camiseta para cada conferência.
- Os conselheiros devem passar nas salas informando que psicólogos receberão as camisetas, mediante apresentação da carteira profissional.
- Confeccionar faixas falando do tema da campanha de Direitos Humanos, e também dos temas específicos.

- Elaborar documentos de referência.
- Levar o documento das treze razões, o manifesto e a campanha pelas 30 horas para todas as conferências.
- Produzir painel bem humorado (tipo boneco) para fotos (A coordenadora Geral do CFP, Yvone Duarte buscará um artista para desenvolver a arte).

Humberto Verona propôs que todos lessem o documento sobre redes psicossociais produzido pelo grupo que a Ana Lopes coordenou e enviar comentários até a próxima quarta-feira (23/11/11), se não houver alterações, o documento será diagramado para a próxima plenária possível e impresso para a Conferência de Saúde.

10 - AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS. A conselheira Ana Paula Noronha apresentou os pareceres da Comissão Consultiva para os instrumentos avaliados, colocando-os em aprovação pelo plenário.

1 - Escala de Inteligência Wechsler – WASI: Parecer Favorável com sugestões de aprimoramento.

2 - Teste de Atenção Seletiva – TAS: Parecer Favorável.

3 - Teste de Inteligência – TI: Parecer Favorável com recomendações.

4 - Teste dos Cubos: Para avaliação do raciocínio viso-espacial: Parecer Favorável, com sugestões.

5 - Escala Baptista de Depressão – EBADEP-A: Parecer Favorável.

6 - VECA/WEBVECA – Verificação do Comportamento Administrativo: Parecer Desfavorável, por falta de fundamentação teórica.

O plenário aprovou por unanimidade o conjunto de testes apresentado.

11 - AVALIAÇÃO PARA SABER SE OS INSTRUMENTOS SÃO TESTES PSICOLÓGICOS. A conselheira Ana Paula Noronha informou que a Comissão Consultiva recebeu a demanda de avaliar se o instrumento chamado "Qual o meu tipo Psicológico"? é restrito ao psicólogo. A comissão consultiva verificou que trata-se de uma avaliação tipológica, de um instrumento aplicado no contexto de gestão de pessoas, portanto é considerado teste psicológico e privativo do psicólogo. Caso o autor deseje que este instrumento seja avaliado deverá encaminhar o manual à Comissão Consultiva. No momento, ele encontra-se na lista do SATEPSI como instrumento psicológico não autorizado para uso.

O parecer apresentado foi aprovado por unanimidade.

12 - DOCUMENTO ELABORADO PELO GT ESCALA HARE. A conselheira Ana Paula Noronha informou que houve a reunião presencial do GT, autorizada na plenária passada. Registrou que os CRPs 01, 03, 05 e 06 estiveram presentes e os CRPs 07, 09 e 11 não participaram. Nessa reunião foram concluídas algumas sugestões de encaminhamentos para APAF, como a possibilidade de fazer algumas inclusões na resolução CFP 002/2003 com vistas às questões de direitos humanos. Leu os artigos com as devidas sugestões de inclusões propostas pelo GT. (Resolução em anexo). Disse que há ainda uma pendência que se refere ao que fazer com a escala. A comissão consultiva elaborou o parecer que será apresentado ao GT da APAF oportunamente, para que este possa definir o que fazer. Falou que houve a manifestação para suspender a escala, mas para isso é necessário avaliar e consultar o assessor jurídico.

O plenário concordou em encaminhar para APAF a proposta de alterações da resolução CFP nº 002/2003.

13 - EVENTO NACIONAL DO ANO TEMÁTICO. A conselheira Ana Paula relatou que os eventos nacionais têm ocorrido e que no momento é necessário definir algumas questões pontuais para o Seminário Nacional que acontecerá em março de 2012. Disse que as dúvidas são: se todo GT que construiu o ano temático terá assento garantido. Quem custeará a vinda dos relatores. Se os CRPs poderão levar mais pessoas do que o previsto no projeto (o projeto diz um relator por cada eixo temático por regional, lembrando que são 3 eixos temáticos) e se o CFP convidará os atores envolvidos: ASBRO, Comissão Consultiva e IBAP e se aceitos quem irá custeá-los.

Humberto Verona lembrou que nos eventos dos anos temáticos anteriores as comissões organizadoras tiveram assento garantido. Disse que a conta divulgação é destinada a financiar o evento do ano temático, incluindo os custos para as entidades convidadas. Considerou que na categoria de observador deverá se trabalhar dentro de um limite razoável, até mesmo espacial, mas tudo custeado pelos CRPs que quiserem participar. Os observadores terão direito a voz nos grupos, nas construções das propostas, mas não terá direito a voto.

A conselheira Maria Ermínia disse que é necessário avaliar se há necessidade da figura de observador e avaliar bem o caráter de deliberação do ano temático, pois as pessoas confundem com deliberação de congresso.

Houve debate, foi lembrado que nos anos anteriores não teve a presença de observadores e a plenária chegou a seguinte definição.

- Garantir presença do GT, financiado pela conta divulgação, e também das entidades convidadas, 1 representante de cada CRP, por eixo.

- Transmitir a abertura e a plenária final, online.

14 – COMUNICAÇÃO. Humberto Verona sugeriu abordar neste ponto a questão da participação do CFP no processo da luta pela democratização da comunicação. Situar como está o movimento no momento e discutir sobre a coordenação e sobre a representação do CFP no Fórum Nacional da Democratização da Comunicação (FNDC).

A conselheira Roseli Goffman historiou sobre a representação do CFP no FNDC, onde tem assento desde 2009. Relatou que na gestão passada, houve uma recomendação do FNDC de que a representação do CFP precisava ali, articular com os segmentos da democratização da comunicação e que esta representação era importante na luta contra a hegemonia midiática. Comentou que o FNDC é desde a sua criação coordenada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disse que em 2009, houve a 1ª Conferência Nacional da Comunicação, onde o CFP contribuiu na formulação de diversas teses. Listou os movimentos sociais que participam, incluindo a CUT que desde a época postula a coordenação do FNDC (há eleições a cada 2 anos). Disse que dentre as entidades do FNDC há aquelas que formulam e aquelas que reivindicam como é o caso da CUT. Disse que as diversas reivindicações da CUT têm causado problemas internos de organização, bem como oposição às outras entidades participantes, inclusive o CFP. A CUT faz crítica à liderança da FENAJ, sendo possível ver claramente uma luta política entre as duas entidades.

Informou que a FENAJ quer que o CFP indique um nome para ser o próximo coordenador geral do FNDC, por ser a entidade mais organizada dentre todas as demais dentro do campo da democratização da comunicação e com capacidade de agregar. A conselheira recomendou não apoiar o pleito da CUT para coordenação geral, mas apoiar a manutenção desta no FNDC, mesmo que seja uma situação difícil. Sugeriu indicar um nome do CFP para coordenação do FNDC, e se na falta dele continuar apoiando a hegemonia da FENAJ.

A conselheira Roseli comunicou que o Centro Cultural Luiz Freire está organizando um encontro de blogueiros (Encontro Nacional do Direito à Comunicação) em Recife nos dias 09, 10 e 11 de fevereiro de 2012 e o CFP foi convidado a coordenar um grupo de trabalho chamado "Leitura Crítica da Mídia".

O plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Não apoiar o pleito da CUT para coordenação do FNDC, porém apoiar a manutenção desta no FNDC.
- Apoiar a FENAJ ou indicar outro nome para a coordenação geral do FNDC.

- Construir um grupo que fará a condução do FNDC e se necessário que o CFP assuma a coordenação para manter a unidade do grupo.
- Apoiar uma mesa no Encontro Nacional do Direito à Comunicação que acontecerá em Recife nos dias 09,10 e 11/02/12
- Convidar o Glaustone Lima para auxiliar na Organização do evento e a conselheira Roseli Goffman acompanhará o trabalho.
- O CFP organizará um GT de Educação Crítica para a Mídia.

15 – CNP. A conselheira Roseli Goffman apresentou a linha do tempo do CNP (em anexo), pediu aprovação e autorização para levar para APAF. A linha do tempo foi aprovada pelo plenário.

16 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM SBP. A conselheira Flávia Lemos propôs que o assessor jurídico do CFP analisasse o material do relato sobre as manifestações da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e juntamente com o plenário e coordenação do CFP fizesse uma resposta ou um informativo a categoria em relação às ofensas sofridas pela conselheira e disponibilizar no site do CFP.

O plenário concordou com a proposta e foi decidido que a conselheira Flávia acompanhará o processo da criação do informativo em respostas as ofensas da SBP com auxílio do assessor jurídico, da Coordenadora Geral e da assessoria de comunicação do CFP.

17 – TRÂNSITO. A conselheira Roseli Goffman comentou sobre a resposta do Fabian Rueda em relação ao PL que altera o art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental, com vistas à detecção do Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH) em motociclistas e pessoas com mais de 60 anos de idade. O PL propõe que o exame de aptidão física e mental seja preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado, devendo abranger a detecção do Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade – TDAH – em motociclistas.

A conselheira disse que segundo a carta do Fabian Rueda, entende-se que o CFP deve ser contra o PL, pois ele é tendencioso e preconceituoso. Questionou o porquê de o exame psicológico ser considerado de segunda categoria e o exame médico de primeira categoria. Sugereu chamar os profissionais do trânsito e fazer uma política de fato, para que a avaliação psicológica tenha o mesmo tratamento da avaliação médica. É necessário começar a formular novos projetos ao invés de apenas se defender. Disse que há muitas denúncias, provocações e críticas veiculadas na lista Avalpsi

desqualificando a avaliação psicológica do trânsito, as quais nem sempre são respondidas. Questionou para onde devem ser encaminhadas essas críticas, qual o procedimento a ser adotado, pois considerou necessário dar respostas a todas elas.

Encaminhamento: A equipe técnica do CFP verificará como devem ser respondidas as críticas do grupo Avalpsi

18 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DEFICIÊNCIA AUDITIVA. O presidente Humberto Verona disse que o CRP 04 recebeu uma demanda de consulta, que foi copiado ao CFP, de como agir e fazer a comunicação nas avaliações psicológicas em pessoas com deficiência auditiva. Disse que a equipe técnica elaborou uma resposta, dizendo para incluir no processo a presença de um tradutor, porém não foi satisfatória e problematizada pelo demandante, em função da questão do sigilo.

A conselheira Ana Paula Noronha comentou que ela própria assinou essa resposta, enquanto presidenta do IBAP, à época. Disse que essa questão chega com frequência à COTEC e essa é a resposta padrão.

Humberto Verona falou da necessidade de construir uma nova resposta padrão.

A conselheira Ana Paula sugeriu pautar o assunto para a comissão consultiva em Avaliação Psicológica, a qual irá opinar e verificar a necessidade de ampliar o tema para as entidades da psicologia.

19 – CREPOP. Em função do avançar da hora, o conselheiro Celso Tondin sugeriu discutir na lista do CFP XV os temas relacionados ao CREPOP: Informes sobre o andamento do trabalho das comissões, a nova metodologia de pesquisa, o monitoramento das pesquisas e a reunião Nacional do CREPOP – 2011.

Solicitou que a discussão deverá acontecer de 21/11 a 24/11, pois a reunião presencial do CREPOP será 25 e 26/11, na qual indicará para APAF os temas de pesquisa para o próximo ano. Disse que deverá ser discutido futuramente qual o papel do CREPOP dentro da II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, pois considerou que uma das grandes questões será a veiculação dos materiais produzidos pelas comissões do CREPOP.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião as 17h11. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Humberto Cota Verona _____

Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____

Deise Maria do Nascimento _____

Ana Luiza de Souza Castro _____

Ana Paula Porto Noronha _____

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo _____

Roseli Goffman _____

Maria Ermínia Ciliberti _____

Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____

Celso Francisco Tondin _____

Marilda Castelar _____

Flávia Cristina Silveira Lemos _____